



## JUSTIFICATIVA

Apresentei em apartado, emenda ao presente Projeto de Lei que estende para todo território nacional, a GRATUIDADE na apresentação de títulos e outros documentos de dívida, em vigor em São Paulo há mais de cinco anos, desonerando os credores do pagamento antecipado de despesas e emolumentos na apresentação de seus títulos e documentos a protesto, recaindo tais despesas tão somente sobre aquele que dá causa ao protesto, no caso, o devedor.

Dispõe a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, artigo 1º, que “o protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.”

Diante disto, as quotas condominiais são passíveis de protesto, visto que se traduzem em documentos de dívida, consubstanciadas no rateio das despesas condominiais.

Desta forma, para que não haja exagero na cobrança dos referidos débitos, inclusive, em face da instituição da gratuidade na apresentação do título a protesto, tem a presente emenda a finalidade de regulamentar o encaminhamento a protesto desses débitos que, apesar de poderem ser encaminhados por indicação, o sejam sob responsabilidade do síndico ou da administradora do condomínio, mediante aprovação em assembléia geral dos condôminos.

Sala das Comissões,                      de                      de 2006.

MAX ROSENMANN  
Deputado Federal – PMDB/PR



5C11F5E018